

ISSN

working papers/textos para discussão
número 7 ▪ maio 2013

Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro

Luiz Domingos Costa (facinter, nusp)
Bruno Bolognesi (ufscar; cepla)
Adriano Codato (ufpr, nusp)



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

Luiz Domingos Costa é Mestre em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005). Atualmente é professor da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR.

Bruno Bolognesi realiza seu doutorado no programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) onde é membro do Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latinoamericanos (CEPLA).

Adriano Codato é Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Coordena o Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>).

Resumo:

O paper pretende avançar no emprego de variáveis sociais e político-institucionais no entendimento dos processos de recrutamento de elites políticas. O caso de eleições de mulheres para a Câmara dos Deputados do Brasil oferece subsídios empíricos para a exploração das lacunas das explicações com base apenas em variáveis de um único tipo. Assim, propomos uma análise centrada nos partidos políticos. A ideia básica é que partidos políticos no Brasil são “sociologicamente” diferentes, apesar de operarem num marco institucional uniforme. A diferença é menos programática ou ideológica, embora ela também exista, e mais das suas fontes sociais de recrutamento. Disso decorre que partidos diferentes teriam diferentes maneiras de se organizar internamente e, por isso, diferentes estratégias e mecanismos para a formação de listas de candidatos.

Estudos sobre a presença de mulheres na esfera decisória têm levado em conta uma infinidade de variáveis para tentar explicar os fatores que incrementam ou dificultam a participação feminina na vida política. Argumentos culturalistas enfatizam preconceitos de gênero subjacentes ao jogo político, seja por parte dos eleitores, seja no âmbito dos partidos enquanto esfera de disputa de espaço entre agentes socialmente desiguais. Ao lado desses argumentos, as tradicionais variáveis sociodemográficas e socioeconômicas, quase sempre mobilizadas nesse tipo de discussão, passaram a conviver mais recentemente com variáveis propriamente institucionais (forma de votação, magnitude do distrito eleitoral, densidade da disputa, o regime de coligações, etc.). Essas últimas trouxeram nova luz para essa discussão: afinal, por que há tão poucas mulheres nos legislativos e sua incorporação a essa arena é tão lenta?

Dados compilados pela *Inter-Parliamentary Union* (<http://www.ipu.org>) davam conta que em 31 de julho de 2012 o Brasil ocupava a 120^a. posição no ranking que classifica o percentual da presença de mulheres nas casas legislativas de 190 países. Com 8,6% (44 deputadas em 513 representantes), o país ficava bem atrás de Suécia (4^o.), Senegal (6^o.), Costa Rica (15^o.), Espanha (19^o.), Etiópia (36^o.), Canadá (45^o.), Bangladesh (69^o.), e Estados Unidos (80^o.). (Inter-Parliamentary Union 2012).

Segundo especialistas, a associação entre alto grau de desenvolvimento socioeconômico e o conseqüente aumento da participação feminina não se confirma. Países com menor desenvolvimento e menor IDH têm números mais elevados nesse caso (como se vê pelas cifras acima). Ou seja, se existe um efeito desse tipo de fator, ele deve ser considerado como uma variável de controle e não como elemento explicativo (Araújo and Alves 2007, p. 537).

Diante dessa constatação, autores buscaram estabelecer comparações circunstanciadas entre os estados brasileiros, recusando, portanto, generalizações sobre “o sistema político” nacional como um todo. Descobriu-se que é preciso levar em conta diversos aspectos regionais quando se discute a maior ou menor participação feminina na vida político-institucional. A competitividade no interior dos distritos eleitorais, a regionalização de determinados partidos, questões culturais e características diferentes dos sistemas eleitorais fizeram com que os estudiosos adotassem uma posição mais cautelosa nesse debate. Desde aspectos mais gerais, como o tipo de lista (aberta, no caso), até aspectos políticos mais específicos, como a organização interna dos partidos políticos, vêm sendo debatidos por sociólogos e politólogos. Não obstante, há pouco consenso sobre o peso real de diferentes fatores – institucionais, sociais, culturais – sobre o acesso aos cargos parlamentares em geral, e em particular sobre as chances de promoção das mulheres (Araújo 2009, p. 25).

A perspectiva neoinstitucionalista, que se tornou dominante na Ciência Política a partir dos anos 1990, permitiu que muitas ilações mecânicas entre variáveis sociais e vitórias eleitorais fossem refutadas, em especial quando se trata da questão do recrutamento da classe política. Porém, alguns exageros foram cometidos em nome de explicações causais especificamente políticas. No caso da seleção, formação e treinamento de líderes políticos, são flagrantes os pontos cegos sobre o movimento que leva à inclusão ou à exclusão de alguns indivíduos na atividade política formal. Por exemplo, tanto a dimensão partidária (a vida interna dos partidos, seus mecanismos de recrutamento, suas

regras informais de triagem de candidatos) como aquelas dimensões anteriores à arena político-partidária (condição social dos postulantes aos cargos políticos, tempo livre, *expertises*, etc.) carecem de mais estudos empíricos e formalização analítica. Nas análises institucionais, esses aspectos sociais são apenas mencionados pela literatura, são feitas algumas observações tangenciais, mas eles dificilmente chegam a integrar o rol de variáveis explicativas.

Este capítulo pretende avançar no emprego de variáveis sociais e político-institucionais no entendimento dos complexos processos de formação de elites políticas. Tentar essa conexão parece útil por duas razões. Primeiro, para não sermos levados a “naturalizar” nem “os mecanismos sociais”, nem os mecanismos institucionais, acrescentaríamos nós, “que produzem a separação entre os ‘agentes politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’” (Bourdieu 1998, p. 163). De fato, se pensarmos normativamente a democracia e tratarmos a questão da representação política como devendo ser um “espelho da sociedade” (Putnam 1976), o problema de quem deve participar da política institucional se justifica. Em segundo lugar (e esta é a proposição que orienta o ensaio), porque nesse *front* de análise o abandono puro e simples ou de variáveis sociais ou de variáveis institucionais pode comprometer a explicação. A perspectiva assumida aqui, portanto, não é puramente sociológica, nem puramente politológica. É a da “sociologia política”, tal como formulada por Giovanni Sartori: “A sociologia política é um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político” (Sartori 1972, p. 112).

O caso de eleições de mulheres para a Câmara dos Deputados do Brasil oferece subsídios empíricos para a exploração das lacunas das explicações com base apenas em variáveis de um único tipo. Por sua vez, a mera somatória dos argumentos disponíveis (*de ordem estrutural*, informado pela posição de desvantagem das mulheres na sociedade e na economia; *de ordem cultural*, respeitante ao preconceito contra as mulheres entre os eleitores ou entre os líderes partidários; ou *de ordem institucional*, que se referem aos tipos e ao peso dos mecanismos legais sobre as chances de incremento da participação política feminina) não parece ser uma solução analítica confiável. Não basta listar todos os impedimentos. Ao invés, é preciso articulá-los por ordem de importância, influência, incidência a fim de produzir uma explicação causal eficiente.

Neste capítulo, propomos uma análise centrada nos *partidos políticos* enquanto locais estratégicos de observação de dois temas fundamentais: *i*) o modo pelo qual eles lidam concretamente com a questão da representação (para um melhor entendimento dos processos sociais de seleção de lideranças); e *ii*) as diferentes capacidades dos diferentes partidos em absorver demandas igualitárias (como o caso da paridade de gêneros na política). A ideia básica é que partidos políticos no Brasil são “sociologicamente” diferentes. Essa diferença é menos de programas formalizados ou ideologias integralmente professadas (embora elas existam também muito mais do que se estima). Todavia, ainda assim é possível distribuí-los pelo tradicional *continuum* direita-centro-esquerda. Aliada a essa diferença, há uma diferença de outro tipo: nas bases sociais de recrutamento dos partidos políticos nacionais. Disso decorre que partidos diferentes devem, ao menos em hipótese, possuir: *i*) diferentes maneiras de se organizar internamente e, por isso, *ii*) diferentes estratégias e mecanismos para a formação de listas de candidatos.

O capítulo está organizado do seguinte modo. Na primeira parte mencionamos de que modo autores brasileiros lidam com a questão da seleção de mulheres na arena legislativa. Na segunda parte realizamos uma breve descrição dos dados das eleições legislativas de 2006 para a Câmara Federal para que a discussão do problema seja vista de uma perspectiva mais empírica. Na terceira parte elaboramos alguns testes estatísticos exploratórios que ilustram a relação entre representação feminina e partidos políticos no Brasil. Por fim, algumas conclusões são feitas e outras sugeridas como novas frentes de pesquisa para a ciência política brasileira.

Recrutamento político feminino no Brasil

Segundo Araújo (Araújo 2001, 2005) as variáveis de desenvolvimento econômico e social devem ser tratadas como variáveis intervenientes no processo de incremento de participação política feminina. Isso se deve ao fato de que países com menor desenvolvimento podem possuir (como de fato se constata) maior proporção de mulheres como representantes políticas e ocupantes de cargos chave no aparelho estatal (Alves 2006). Assim sendo, não é possível atribuir às variáveis macroeconômicas uma expectativa de aumento ou diminuição na participação de minorias. O que nos leva a procurar outras evidências que poderiam servir de fonte explicativa para o quase monopólio masculino da política institucional.

De outra forma, variáveis de médio impacto, como o arranjo institucional-eleitoral, a capacidade dos partidos em perseguir políticas próprias e autônomas, a fórmula de votação poderiam ser tidas como aspectos preponderantes para a inclusão ou exclusão de minorias. A cultura política, a história política e as instituições democráticas também seriam capazes de exercer moderada influência sobre os processos de formação da elite. Podemos imaginar que regiões não só do Brasil, mas de qualquer país possuam características próprias como o caso do machismo ou do tradicionalismo familiar, que se manifesta de forma desigual sobre o território nacional. Da mesma forma, podemos imaginar que regiões onde o machismo e o paternalismo possuem maior força, a inserção de mulheres na vida política seria muito baixa (Araújo 2005).

Certas variáveis do sistema político como a forma de votação, a organização das listas, a magnitude eleitoral do distrito, a fragmentação partidária e a competição eleitoral são variáveis que exercem alto impacto nas possibilidades de eleição de mulheres, mantidas constantes as outras variáveis (Araújo and Alves 2007; Araújo 2005, 2009). Segundo a literatura brasileira, a fórmula de votação, o sistema partidário, a desproporcionalidade eleitoral, a organização partidária e a competitividade eleitoral seriam primordiais para o bom ou mau desempenho das mulheres na política nacional, aumentando ou diminuindo suas chances de serem eleitas (Araújo 2009; Miguel 2008; Pinheiro 2007).

A fórmula de voto com o sistema de transferência direta e lista aberta cria dois cenários que se alimentam reciprocamente. Capital político próprio e a densidade eleitoral individual podem contar para um bom desempenho na escolha dos partidos e na eleição em si, já que candidatos que conseguem uma votação nominal alta acabam por elegerem-se independentemente do partido ao qual pertençam. O partido inverte essa lógica quando conta também com a distribuição dos votos ganhos pela legenda. A distribuição das cadeiras é realizada, no primeiro momento, pela quantidade de votos que o partido (ou a coligação)

recebeu como um todo, e depois os mais votados dentro da lista partidária vão sendo alocados nas cadeiras conquistadas. Ou seja, é preciso, para garantir posições no legislativo, que os partidos atuem tanto promovendo candidatos capazes de realizar uma alta votação por si mesmos, como também contando com os votos pulverizados pela lista, mas que, ao final, acabam por garantir vagas aos deputados. Desse modo, partidos inseridos nesse sistema de *pooling* de candidatos são mais propensos a incluir mulheres capazes de se eleger com menos votos do que os homens. Logo, o sistema proporcional facilitaria a entrada não só de mulheres na política, mas também de outras minorias e *outsiders*, que de uma forma ou de outra costumam pegar carona no bom desempenho do partido ou coligação eleitoral. Miguel (Miguel 2008, p. 206) mostra claramente que a composição das coligações eleitorais com a participação deste ou daquele partido interfere no desempenho e nas chances das eleitas.

Nesse sentido, o sistema partidário fragmentado seria um bônus para a participação feminina. Autores afirmam que distritos com fragmentação partidária alta teriam maior chance de eleger mulheres. Ao mesmo tempo, Araújo e Alves (2007) mostraram que são os grandes partidos os responsáveis pela maior parte das vitórias eleitorais femininas. Ou seja, se os pequenos partidos parecem oferecer maior oportunidade para que mulheres entrem nas listas, os grandes partidos parecem oferecer maiores recursos tais como material de campanha, tempo de televisão ou apoio financeiro direto ou de lideranças políticas nacionais e regionais potencializando o desempenho dessa minoria. De acordo com este argumento, entendemos que a *organização partidária* deva ser também uma variável interveniente no processo de formação das listas que privilegiam ou discriminam o sexo feminino. Em poucas palavras, os partidos com inércia institucional menor em relação ao gênero, aqueles que admitem e incentivam uma maior participação de mulheres dentre seus quadros, permitem que este se torne uma variável da renovação política. Não porque são “*gender blind*”, mas sim porque estão interessados nas possibilidades de ascensão eleitoral do próprio partido (Araújo and Alves 2007, p. 27).

Por último, autores asseveram que o sucesso eleitoral das mulheres está ligado a dois fatores que se comunicam. A competitividade absoluta do distrito e o potencial eleitoral do candidato. Da mesma forma que os homens, mulheres com alto potencial eleitoral tendem a ser eleitas. É verdade, porém, que em distritos mais competitivos (com grandes magnitudes) a eleição das mulheres se concentre nos grandes partidos. Neste ponto, essencialmente Miguel e Araújo, chegam numa interface que sugere um retorno aos sociólogos. Ora, se o sistema eleitoral não produz uma linearidade explicativa sobre como se dão as candidaturas e o sucesso das mulheres na política, é preciso que se avalie se as variáveis que supostamente exercem baixo impacto interferem mais decisivamente nesses casos. Ou seja, a condição social da mulher no Brasil parece ter íntima ligação com o potencial eleitoral e as possibilidades de fazer das mulheres políticas profissionais. Entretanto, não é possível demonstrar a veracidade desta tese sem um estudo sistemático sobre a posição social da mulher em esferas mais nucleares da sociedade, como a família, a escola ou a religião. Para um entendimento sobre a mulher como agente socialmente excluído e, em consequência disto, excluído também do mundo político, não bastam os dados que apresentamos abaixo.

Partidos, organização e bases sociais do recrutamento

Nossa investigação do problema se apoia numa série de achados importantes estabelecidos pela literatura sobre as bases sociais do recrutamento partidário brasileiro (Costa 2008; Rodrigues 2002, 2006).

Longe de ser uma constelação de agremiações políticas indistintas, há padrões socioocupacionais suficientemente específicos para identificar (e distinguir) as bancadas de direita, centro e esquerda no Congresso, quadro que denota clara congruência entre as orientações ideológicas gerais dos partidos e as camadas sociais nas quais eles fazem seu recrutamento político¹. Mais que isso, as bases sociais dos partidos podem ser variáveis que interagem com “a existência de diferentes estratégias partidárias de seleção de candidatos, associadas aos recursos sociais dos candidatos, à posição ideológica e ao tempo de existência de cada organização partidária” (Santos and Serna 2007, p. 93).

No que diz respeito aos dados sobre composição socioocupacional dos partidos apresentados a seguir, as agremiações escolhidas possuem um perfil mais matizado, ou seja, menor homogeneidade da “composição social dominante” (Rodrigues 2002), mas isso basicamente em função da natureza das fontes utilizadas por nós e as fontes utilizadas pelos estudos citados acima. Esses estudos (Costa 2008; Rodrigues 2002, 2006) se apoiaram em exaustivas informações biográficas sobre os representantes, passíveis portanto de melhor controle e classificação. Já os resultados da presente pesquisa foram baseados em informações sumárias dos candidatos fornecidas pelos próprios ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ocasião das suas candidaturas em 2006.

Ainda assim, algumas das constatações estabelecidas pelos estudos que isolaram e conectaram variáveis como bases sociais, organização partidária e a posição do partido no espectro ideológico são identificadas também nos dados apresentados na Tabela 1. Reunimos aqui candidatos e candidatas eleitos dos seis maiores partidos nacionais agrupando-os por blocos ideológicos: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM e PP (direita).

¹ A constatação de uma correlação entre coloração ideológica do partido (direita-centro-esquerda) e origem social dos seus membros não implica em dizer, *a priori*, que haja um nexos de causa e sentido entre “origem social x ”, uma clara “agenda político-ideológica y ” e um “comportamento político z ” esperável em função das duas variáveis anteriores. Trata-se tão-somente de uma análise centrada nos perfis sociais dos membros dos partidos (através dos políticos que consegue eleger), que enfatize as características sociográficas da organização, sem levar em conta análises de “programas partidários”, nem tampouco o comportamento concreto dos representantes no processo decisório parlamentar.

TABELA 1

Eleitos e eleitas à Câmara dos Deputados em 2006; ocupações agregadas por espectro ideológico dos partidos selecionados*

	<i>Espectro ideológico</i>							
	Direita		Centro		Esquerda		Total	
<i>Ocupações</i>	%	N	%	N	%	N	%	N
empresários	16	17	12,9	20	7,5	11	11,8	48
funcionários públicos	2,8	3	2,6	4	2,0	3	2,5	10
padres/pastores/sacerdotes	0,0	0	0,6	1	0,0	0	0,2	1
políticos de carreira	46,2	49	51,0	79	42,2	62	46,6	190
professor de ensino superior	2,8	3	1,3	2	3,4	5	2,5	10
profissionais liberais	21,7	23	20,6	32	25,2	37	22,5	92
setor de serviço	0,0	0	0,6	1	2,0	3	1,0	4
trab. assalariados diversas qualificações	5,7	6	3,2	5	8,8	13	5,9	24
outros	4,7	5	7,1	11	8,8	13	7,1	29
Total	100	106	100	155	100	147	100	408**

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores.

* Partidos considerados: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM e PP (direita).

** Os totais não somam 513 por se referirem apenas aos seis partidos selecionados.

Não obstante não haver uma correlação definitiva (coeficiente de contingência = 0,171, e p value < 0,000), é possível perceber diferenças entre as ocupações profissionais na composição dos partidos entre as bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados em 2006: uma presença acentuada de empresários na direita (16%), maior ocorrência de atividades assalariadas (diversos setores e níveis) nos partidos de esquerda (13%), bem como ligeira superioridade de professores do ensino superior nestes últimos². Além disto, a tabela 2, referente às ocupações dos *candidatos* dos seis partidos analisados, permite ir na mesma direção.

TABELA 2

² Ainda com relação às fontes (biografias individuais *versus* dados do TSE) é possível argumentar que a supremacia da categoria de “profissionais liberais” aqui contraria os achados de Rodrigues (2006) e Costa (2008). Enquanto nesses trabalhos a categoria mais expressiva foi a de “empresários” (chegando a contar com mais de 30% de ocorrência em qualquer das eleições analisadas), os dados do TSE levam a uma sub-representação dos empresários.

Profissões agregadas dos candidatos e das candidatas a deputado federal em 2006 por partidos selecionados conforme sua distribuição pelo espectro ideológico

<i>Ocupações</i>	<i>Espectro ideológico</i>							
	Direita		Centro		Esquerda		Total	
	%	N	%	N	%	N	%	N
empresários	17,1	69	19,0	123	11,5	88	15,4	280
funcionários públicos	8,7	35	8,0	52	12,0	92	9,8	179
padres/pastores/sacerdotes	0,7	3	0,9	6	0,1	1	0,5	10
políticos de carreira	21,6	87	20,2	131	15,8	121	18,6	339
professor de ensino superior	1,2	5	2,2	14	3,3	25	2,4	44
profissionais liberais	22,6	91	19,1	124	19,4	149	20,0	364
setor de serviço	1,2	5	1,2	8	3,5	27	2,2	40
trabalhadores assalariados	10,4	42	12,0	78	15,2	117	13,0	237
outros	16,4	66	17,4	113	19,3	148	18,0	327
Total	100,0	403	100,0	649	100,0	768	100,0	1820

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores.

* Partidos considerados: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM e PP (direita).

Como se verifica, há, proporcionalmente, mais trabalhadores (15%) e professores (3%) nos partidos situados à esquerda, empresários em maior proporção nos blocos do centro (19%) e da direita (17%). Isso indica que a relação entre base e tipo de partido não pode ser compreendida apenas em relação ao perfil social dos eleitos³.

Selecionamos a seguir apenas as mulheres eleitas em 2006 à Câmara Federal (total = 39) e cruzamos os dados com ocupações e tipos de partido.

TABELA 3

³ Para uma definição sobre como o partido político age de forma organizativa é preciso compreender como ele opera o seu “*território de caça*”. Ver (Panbianco 1988).

Mulheres eleitas à Câmara dos Deputados em 2006 por partidos selecionados conforme suas posições no espectro ideológico

	<i>Espectro ideológico</i>							
	Direita		Centro		Esquerda		Total	
<i>Ocupações</i>	%	N	%	N	%	N	%	N
empresários	50,0	4	25,0	3	0,0	0	17,9	7
funcionários públicos	12,5	1	0,0	0	5,3	1	5,1	2
políticos	12,5	1	33,3	4	63,2	12	43,6	17
professor de ensino superior	12,5	1	0,0	0	5,3	1	5,1	2
profissionais liberais	0,0	0	0,0	0	10,5	2	5,1	2
trabalhadoras assalariados	12,5	1	16,7	2	5,3	1	10,3	4
outras	0,0	0	25,0	3	10,5	2	12,8	5
Total	100,0	8	100,0	12	100,0	19	100,0	39

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores.

* Partidos considerados: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM e PP (direita).

Os totais não somam 45 (total de mulheres eleitas em 2006) por se referirem apenas aos seis partidos selecionados.

Certamente, o baixo *N* da tabela 3 dificulta a elaboração de proposições mais robustas. Ainda assim, pode-se ver que os partidos de esquerda não apenas conseguiram fazer eleger em 2006 mais mulheres para o parlamento nacional (19) do que aqueles partidos situados nos blocos do centro (12) e da direita (8). A informação mais relevante aí contida diz respeito à categoria “políticos”: são também os partidos de esquerda brasileiros os que congregam a maioria daquelas parlamentares com carreira política prévia entre os eleitos (63%), isto é, que investem politicamente nas mulheres de destaque no partido em relação aos seus concorrentes (na direita, entre as mulheres eleitas só uma era política profissional). Portanto, em que pese a incipiente exploração deste dado, parece que a pista fundamental seja o tipo de partido político e a relação que a organização partidária mantém com o processo interno de formação de lideranças políticas femininas (Miguel 2008).

O próximo dado oferece mais subsídios no que diz respeito às diferentes estratégias que os partidos adotam quando concorrem a eleições. Trata-se da análise do “potencial eleitoral” (*pe*) dos candidatos distribuídos entre blocos ideológicos. Esse índice representa uma tentativa de mensurar a capacidade eleitoral do(a) candidato(a) a deputado(a) federal em 2006.

Baseado num cálculo que os indivíduos normalmente fazem em suas estratégias eleitorais, o índice reflete uma percepção sobre o potencial eleitoral de cada candidato em relação às cotas que o partido exige (quociente partidário) para a ocupação de uma cadeira no legislativo. O cálculo deste índice foi realizado do seguinte modo: *total de votos recebido*

candidato a candidato no certame de 2006 (*TV06*) dividido pelo *total de votos* recebido pelo último candidato eleito pelo mesmo partido em 2002 (*TV02*). Isso se deve à estimativa de que a quantidade de votos do último eleito pelo mesmo partido na eleição anterior possa servir como um referencial aproximado dos novos candidatos para o estabelecimento de estratégias e cálculos eleitorais.

$$pe = \frac{TV06}{TV02}$$

A partir do modelo de Rahat e Hazan (Rahat and Hazan 2001) estabelecemos⁴ que indivíduos que cumprissem um índice de até 0,700 (ou 70% dos votos do último eleito em 2002) seriam candidatos inviáveis para o partido, tendo poucas chances de eleição. Indivíduos com o índice variando de 0,701 até 0,900 seriam considerados candidatos viáveis, que embora não eleitos trariam boa quantidade de votos para a lista do partido ou para a coligação. Candidatos com índices entre 0,901 e 1,000 seriam candidatos com reais condições de se elegerem (“bons de voto”), aproximando-se consideravelmente da quantidade mínima de votos para ocupação de uma cadeira e ainda podendo contar com o arranjo de resultados e/ou colaborações de posições superiores na lista e/ou coligação. Candidatos com índice acima de 1,001 foram considerados “supercandidatos”, tendo em vista que o cumprimento da cota partidária do ano anterior refletiria em posição quase garantida no topo da lista, e assim, eleito (*safe-seats*, segundo Rahat e Hazan). Ou seja, é possível supor que a votação do último eleito pelo partido seja uma boa referência para se pensar a densidade eleitoral de um potencial candidato. Se o mesmo chega a ultrapassar essa votação, podemos imaginar que a chance de se eleger é grande. Os *safe-seats* são normalmente aquelas posições da lista eleitoral que correspondem ao número de cadeiras que o partido possui em um dado distrito. Porém, essa referência é aplicada apenas para sistemas de lista fechada. Como o caso aqui é de lista aberta, utilizamos um procedimento alternativo para tentar estabelecer uma referência para o potencial eleitoral dos candidatos.

O modelo foi testado para três estados diferentes: São Paulo, Bahia e Paraná. Escolhemos alguns estados onde a competição eleitoral era alta (SP), média (PR) e baixa (BA), para ver se o raciocínio tem validade.

⁴ Miguel (2008) utiliza o mesmo indicador para o cálculo do potencial eleitoral dos candidatos. Entretanto, como referência para o cálculo, ele adota o quociente eleitoral de cada distrito (estado) para saber se o candidato atendia às expectativas de fazer uma boa votação. O uso do quociente eleitoral para este fim nos parece, no mínimo, dúbio. Se por um lado ele é mais rigoroso com o potencial eleitoral dos candidatos levando em conta a quantidade de votos necessária para ganhar uma cadeira no legislativo, por outro deixa de lado o fato de que muitos candidatos fazem uso do potencial eleitoral de uma lista partidária inteira ou de “puxadores de voto” para se elegerem, conquistando cadeiras no parlamento sem que atinjam o quociente eleitoral do distrito em que disputam a eleição. Assim, a partir da votação retroativa do último eleito, pensamos ser mais funcional determinar o potencial eleitoral dos candidatos, sabendo que o voto em lista é levado em conta no momento da decisão por competir.

TABELA 4

Posição ideológica do partido *versus* potencial eleitoral dos candidatos de SP, BA e PR nas eleições para Câmara dos Deputados em 2006*

	candidato inviável	candidato viável	“bom de voto”	“supercandidato”	Total
Direita	51,9 (55)	7,5 (8)	2,8 (3)	37,7 (40)	100 (106)
Centro	73,7 (132)	3,4 (6)	0	22,9 (41)	100 (179)
Esquerda	75,9 (230)	5,0 (15)	0	19,1 (58)	100 (303)
Total	70,9 (417)	4,9 (29)	0,5 (3)	23,6 (139)	100 (558)

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores. Coeficiente de Contingência = 0,435, sig=0,000.

* Partidos considerados: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM e PP (direita).

Percebe-se que em todos os grupos ideológicos partidários há supremacia dos candidatos inviáveis, mas eles estão em maior número nos partidos à esquerda do espectro – a variação entre a esquerda (76%) e a direita (52%) neste quesito é bem notável, sendo superior a 20%. O fato indica, em termos comparativos, uma maior abertura dos partidos de esquerda a candidatos inexperientes, desprovidos de capital eleitoral ou de carreiras políticas consolidadas. Olhando para o grupo oposto, dos “supercandidatos”, a proporção de líderes com grande potencial eleitoral na esquerda (19%) está muito aquém daquela observada entre os partidos de direita (38%). É exatamente a metade. Embora os partidos situados no centro se aproximem da esquerda (23% de supercandidatos), é possível estimar lógicas distintas de composição das listas: partidos de esquerda incham suas listas eleitorais como forma de incrementar suas chances de sucesso na eleição⁵, ao passo que os partidos de direita restringem mais a entrada de candidatos e conseguem uma taxa de sucesso (razão entre número de eleitos e número de candidatos pelo partido) muito maior⁶.

Todavia, pouco importa aqui qual estratégia é mais eficaz para obter melhores resultados políticos em âmbito nacional. O argumento diz respeito a padrões partidários diferentes de recrutar candidatos, compor listas eleitorais e obter cadeiras. Embora os fins dos partidos sejam os mesmos, independentemente de sua coloração ideológica, os meios utilizados diferem e esta diferença oferece pistas importantes para o entendimento das chances de participação das mulheres nas eleições.

⁵ Ver a propósito a Tabela 2. Os partidos de esquerda lançaram, em 2006, 768 candidatos; já a direita, 403.

⁶ Para tanto basta saber que o PFL teve taxa de sucesso de 36,20 nas eleições de 2006, enquanto o PT apresentou taxa de 27,70. Da mesma forma o PDT apresentou taxa de sucesso de 4,0.

Mulheres e partidos políticos: entre inclusão e distribuição de recursos partidários

Mediante o exame dos resultados das disputas de 2002 e 2006 é possível analisar a presença das mulheres em termos quantitativos no quadro partidário brasileiro, procurando enfatizar as diferenças entre percentuais de candidaturas totais, candidaturas femininas, total de eleitos e mulheres eleitas.

TABELA 5

Sexo dos candidatos e dos eleitos por partido nas eleições para Câmara dos Deputados em 2002

	candidatas (N)	eleitas (N)	total candidatos (N)	total eleitos (N)	mulheres eleitas/total eleitos (%)	Mc/ Me*	Total eleitos/candidatos (%)
PSD	6	1	52	4	25,0	6,0	7,0
PPB	11	1	195	48	2,1	11,0	24,6
PC do B	11	4	50	12	33,3	2,8	24
PST	13	1	93	3	33,3	13,0	3,2
PFL	21	6	230	84	7,1	3,5	36,5
PTB	28	2	221	26	7,7	14,0	11,7
PSB	28	2	327	22	9,1	14,0	6,7
PDT	33	1	285	21	4,8	33,0	7,3
PSDB	33	6	275	70	8,6	5,5	25,4
PMDB	35	4	322	76	5,3	8,8	23,6
PT	58	14	422	91	15,4	4,1	21,5
Total (N)	378	42	3294	503	-	-	-

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores.

Apenas partidos que elegeram mulheres.

Mc/Me = N mulheres candidatas / N mulheres eleitas

TABELA 6**Sexo dos candidatos e dos eleitos por partido nas eleições para Câmara dos Deputados em 2006**

	candidatas (N)	eleitas (N)	total candidatos (N)	total eleitos (N)	mulheres eleitas/total eleitos (%)	Mc/ Me*	total eleitos/candidatos (%)
PP	14	3	176	41	5,6	4,7	23,2
PC do B	16	5	71	13	41,7	3,2	18,3
PTC	18	1	109	3	33,3	18,0	2,7
PL	22	1	210	23	4,5	22,0	10,9
PFL	27	5	227	65	7,4	5,4	28,6
PRONA	27	1	125	2	50,0	27,0	1,6
PSOL	29	1	189	3	33,3	29,0	1,5
PPS	38	2	301	22	9,5	19,0	7,3
PMDB	39	9	340	89	8,5	4,3	26,1
PDT	40	1	378	24	5,3	40,0	6,3
PSB	41	6	320	27	21,7	6,8	8,4
PT	42	7	350	83	9,9	6,0	23,7
PSDB	46	3	309	66	5,4	15,3	21,3
Total (N)	623	45	4940	513	-	-	-

Fonte: NUSP/UFPR a partir de dados do TSE; elaboração dos autores.

Apenas partidos que elegeram mulheres.

* Mc/Me = N mulheres candidatas / N mulheres eleitas

Os dados demonstram uma maior presença das mulheres entre aqueles partidos que elegeram mulheres entre suas bancadas (11 partidos em 2002 e 13 partidos em 2006). Uma comparação entre as duas eleições permite pensar em possíveis tendências ou padrões.

Em primeiro lugar, o caso do PC do B é um caso típico de partido altamente centralizado em torno de poucas candidaturas – é o partido que apresentou a menor quantidade absoluta de candidatos nas duas eleições - e que logra taxa de sucesso que se aproxima dos grandes partidos eleitorais (razão entre eleitos e candidatos pelo partido). Em todo o território nacional, o PC do B elege um parlamentar para cerca de 5 lançados, e as mulheres são um grupo aparentemente privilegiado: menos de 3 candidaturas femininas para cada cadeira feminina na Câmara em 2002 (dado ligeiramente superior em 2006, 3,2).

O mesmo parece ocorrer com o DEM, que elege uma mulher para cerca de 5 candidaturas femininas, taxa que tendeu a acompanhar a oscilação do universo do partido como um todo entre os dois pleitos.

Estes são dois casos de partidos que expressam alta concentração de candidaturas em poucos nomes (*vis à vis* com as demais legendas) e com relativo sucesso de eleitos.

Caso oposto pode se observar no PDT, que parece ser muito mais aberto/inclusivo no que diz respeito à oferta de candidatos e que logra baixo êxito eleitoral como um todo, seja para homens, seja para mulheres. A relação se mantém entre os pleitos e as variações parecem expressar efeitos de conjunturas eleitorais definidas e que não contrariam a lógica interna ao partido de lançar muitos candidatos e obter poucas cadeiras proporcionalmente. Percebe-se que a alta inclusividade do partido não é mesma entre homens e mulheres e que, pior ainda, as mulheres apresentam relação candidatas/eleitas ainda pior, chegando a 40 candidaturas para uma cadeira feminina em 2006.

O PT, por sua vez, é o partido com maiores contingentes de candidatos em ambas as eleições e que obtém bom resultado na composição de sua bancada nacional. As mulheres se saíram melhor nessa legenda em 2002, com cerca de 4 candidatas por cada eleita (o mesmo da bancada toda) e um pouco abaixo disso em 2006. Percebe-se uma diferença fundamental em relação aos dois casos citados acima: aqui não apenas a inclusividade é expressiva, como a distribuição de recursos parece ser mais equitativa do ponto de vista dos sexos. Se o DEM é pouco inclusivo e apresenta boas condições para as suas candidatas, o PDT é bastante permeável a muitos candidatos mas, como dito, deixa as mulheres em condições de desvantagem perante os homens eleitos. O PT, diversamente, é tão inclusivo quanto esse e, se não deixa as mulheres em situação de plena igualdade com os contendores masculinos, as coloca em situação de certa proeminência nas disputas.

O PP é um caso diferente ao apresentar poucas candidatas mulheres (baixa inclusividade) e baixos índices de eleitas mulheres, denotando que as candidaturas femininas ocupam espaço aquém dos homens.

Trata-se de um quadro preliminar que procura lançar luz sobre como a dimensão partidária parece desempenhar papel preponderante no tocante ao acesso de mulheres ao parlamento. Essa dimensão vem sendo aventada pelos estudiosos recentes (Araújo 2005, 2009; Miguel 2008), mas que ainda não foi explorada o suficiente ao lado dos outros fatores institucionais e sociopolíticos.

Conclusão: observações preliminares para uma agenda de pesquisa

O caminho que procura relacionar modelos de seleção de candidatos e composição de listas pelos partidos políticos, sistema eleitoral e participação feminina oferece uma perspectiva que dá maior peso aos partidos como organizações e aos processos de constituição de candidaturas. Essas variáveis vêm sendo recentemente aventadas como fundamentais para a compreensão das chances eleitorais das mulheres. Esta pode ser a etapa subsequente de desenvolvimento das pesquisas sobre gênero na política, dadas as conclusões já estabelecidas sobre o peso de fatores estruturais e culturais. Entretanto, como tentamos demonstrar com nossos dados, a ênfase nas explicações que levem em conta fatores socioculturais pode se dar a partir da adoção de modelos analíticos que invistam nos

partidos políticos como agentes centrais (e bem diferentes entre si) no processamento de tais fatores.

O que podemos ver, na análise da literatura, é que a agenda de pesquisa sobre as estratégias das agremiações políticas foi pouco explorada. Como sugere Maria do Socorro Braga (Braga 2008), as organizações partidárias com perfis mais inclusivos permitem um bom desempenho no quesito mulheres e candidaturas. Por outro lado, os achados de Clara Araújo (Araújo 2009) mostram que os partidos grandes são ainda aqueles que oferecem melhores chances para o sucesso para as candidatas.

Nossa ênfase em variáveis sociopolíticas serviu como um exercício de ampliação dos enfoques quando se trata de explicar a formação de novos quadros dirigentes na democracia política brasileira. Se entendermos que a ampla participação e a garantia de uma representatividade mínima de gêneros é fundamental para o bom funcionamento do regime político, é preciso olhar com atenção para os fundamentos sociais da política. Ou seja, apesar de todos os mecanismos introduzidos no arranjo institucional brasileiro, as mulheres continuam ocupando profissões de menor prestígio social e político, realizando dois turnos de trabalho ou três. De acordo com Pippa Norris (Norris 1997), esses são problemas centrais que afetam o bom desempenho político. Mais ainda, a sobreposição de fatores tais como *raça*, *classe* e *gênero* e, de igual modo, a conexão entre gênero e diferentes ocupações profissionais (que exigem qualificações específicas e que conferem prestígio diferente a quem as exerce) (J. A. F. Santos 2009) sugere que esta agenda está ainda para ser explorada se se quiser explicar por que, na política nacional, as mulheres são tão poucas.

Os mantras repetidos na ciência política brasileira em torno do arranjo político-institucional devem ser ouvidos com atenção. Mas isso não implica na exclusão mecânica de instituições como os partidos políticos e nas variáveis fundamentais da sociologia política.

Referências

- Alves, José Eustáquio Diniz. 2006. "Mulheres no parlamento no Brasil e no mundo." *Aparte*: 6 p.
- Araújo, Clara. 2001. "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil." *Revista Estudos Feministas* 9(1): 231–252.
- . 2005. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política." *Revista de Sociologia e Política* (24): 193–215.
- . 2009. "Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura." *Revista Brasileira de Ciência Política* (2): 23–59.
- Araújo, Clara, and José Eustáquio Diniz Alves. 2007. "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas." *Dados* 50(3): 535–577.
- Bourdieu, Pierre. 1998. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político." In *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 163–207.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. 2008. "Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo." *Opinião Pública* 14(2): 454–485.

- Costa, Luiz Domingos. 2008. "Composição sócio-ocupacional dos senadores brasileiros: testando algumas hipóteses sobre o Congresso Nacional (1987-2007)." In *6º. Encontro da ABCP*, Campinas - SP: Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP.
- Inter-Parliamentary Union. 2012. "Women in national parliaments: World classification." *31 July 2012*. <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif310712.htm#2> (September 8, 2012).
- Miguel, Luís Felipe. 2008. "Political Representation and Gender in Brazil: Quotas for Women and their Impact." *Bulletin of Latin American Research* 27(2): 197–214.
- Norris, Pippa. 1997. "Conclusions: comparing passages to power." In *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, ed. Pippa Norris. New York: Cambridge University Press, p. 209–231.
- Panbianco, Angelo. 1988. *Political parties: organization and power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pinheiro, Luana Simões. 2007. 224 p. *Vozes femininas na política : uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília.
- Putnam, Robert D. 1976. *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Rahat, Gideon, and Reuven Y. Hazan. 2001. "Candidate Selection Methods: An Analytical Framework." *Party Politics* 7(3): 297–322.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- . 2006. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha.
- Santos, André Marengo dos, and Miguel Serna. 2007. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 22(64): 93–113.
- Santos, José Alcides Figueiredo. 2009. "A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24(70): 37–60.
- Sartori, Giovanni. 1972. "Da Sociologia da política à Sociologia Política." In *Política e Ciências Sociais*, ed. Seymour M. Lipset. Rio de Janeiro: Zahar, p. 106–148.

como citar:

Costa, Luiz Domingos; Bolognesi, Bruno; Codato, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 7, maio 2013. p. 1-20. ISSN



Copyright© 2013

observatory of social and political elites of brazil
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

working papers series/coleção textos para discussão

editor: Adriano Codato (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: oelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of social and political elites of brazil** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of social and political elites of brazil**.

Working Papers are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to oelites@gmail.com .

ISSN